

# Recessão desafia a equipe econômica

Governo cede a pressões e prepara medidas para reduzir ritmo da economia

ROLF KUNTZ

A possibilidade de uma recessão mais profunda ganha força como a principal saída do governo para salvar o Plano Collor. A equipe econômica teve de recuar, durante a semana, em vários dos ataques armados para segurar a inflação. Precisou, por exemplo, ceder a pressões e adiar a compra obrigatória dos Certificados de Privatização (CPs), por parte das instituições financeiras, pela qual sairiam do mercado US\$ 1,1 bilhão. Voltou atrás, também, na decisão de obrigar indústrias, cujos preços tiveram aumento considerado abusivo, a usar a tabela do dia 16 de março. Além disso, teve de fazer malabarismos para tentar definir as regras da negociação salarial e encontra dificuldades na demissão do número prometido de funcionários públicos.

A cada dificuldade encontrada, a cada recuo, a recessão surge como ameaça nas declarações de integrantes da equipe econômica. Mas o Brasil não afunda facilmente na recessão e o desemprego em alta ainda não afastou o público das lojas. Para esfriar os negócios e conter os aumentos de preços, a ministra da Economia dispõe de duas políticas, e só uma delas, a monetária, funciona mais ou menos. O quadro do jogo é o seguinte:

**Aperto monetário** — O Banco Central (BC) ainda não retirou do mercado dinheiro suficiente para assustar os empresários. O último esforço foi feito há uma semana, com um corte surpreendente do crédito rural. Para reduzir seus empréstimos à agricultura, os bancos estão recolhendo ao BC mais um pedaço dos depósitos a vista. Há espaço para endurecer a política. Hoje os bancos recolhem ao BC 40% dos depósitos a vista, sem contar o congelamento parcial do crédito agrícola.

O BC dispõe de mais duas armas clássicas e de uma improvisada. Em primeiro lugar, pode cobrar mais para fornecer empréstimos de emergência aos bancos. Já a venda de títulos, um dos melhores meios de regular o dinheiro em circulação, está sendo mais difícil de operar. O BC tem vendido Letras do Tesouro Nacional (LTNs), com rendimento prefixado, mas o mercado, pelo menos nesta semana, demonstrou limitado interesse, por causa das previsões de inflação em alta. Mas a po-

sição do BC poderá ser reforçada. Quem comprou as LTNs há duas semanas descobriu, com alguma surpresa, haver feito um bom negócio.

A arma improvisada é o Certificado de Privatização (CP), convertido em instrumento de política monetária. A venda do primeiro lote deveria ter enxugado, na sexta-feira o equivalente a US\$ 1,1 bilhão, mas foi adiada por um mês, por pressão dos bancos. Os certificados não deveriam ser usados como armas da política monetária, dizem os críticos.

■ **Os dólares inflacionários** — Se o comércio exterior for bem — e o saldo da balança comercial já acumulou, até maio, US\$ 5 bilhões —, a política monetária poderá ir mal. O País dispõe de aproximadamente US\$ 8 bilhões de reservas cambiais e o volume poderá aumentar se o pagamento de juros ao Exterior continuar em atraso. Basta persistirem os superávits comerciais. Os empresários voltaram a exportar. Isso neutraliza em parte a recessão e só causa um problema: a emissão de cruzeiros para o BC absorver os dólares.

■ **Combate ao déficit** — O ajuste fiscal, também um meio de baixar por um tempo a atividade econômica, está emperrado. O Tesouro está conseguindo reduzir sua despesa de juros e até resgatar um pedaço de sua dívida interna, mas nenhuma dessas conquistas é definitiva, se o resto das contas públicas não for posto em ordem. O corte de gastos é modesto e depende, em parte, dos tradicionais calotes. Mas há outros meios fiscais, mais ortodoxos, de esfriar a economia. É possível, por exemplo, aumentar o IPI e o IOF.

■ **A resistência aos cortes** — O presidente Fernando Collor já não tem, oficialmente, prazo nem meta de redução de pessoal. Os funcionários federais estão ganhando a parada. Governadores e prefeitos também não foram enquadrados nas novas regras, mais duras, de rolagem das dívidas externas de Estados e municípios. Se não se enquadrarem, o secretário da Fazenda Nacional poderá puni-los deixando de transferir sua cota de participação nos impostos federais.

■ **Mais poupança** — Se as famílias voltarem a poupar, os negócios murcharão mais depressa e os preços deverão subir mais devagar. Mas não se descobriu o meio de fazê-las confiar de novo nas caderetas.

## Os caminhos da recessão

*Mecanismos e obstáculos para reduzir a atividade econômica*

### Como fazer

1. Arrocho monetário Diminuição do dinheiro em circulação, aumento dos juros e estímulo à poupança
2. Arrocho fiscal Corte de gastos e/ou aumento de impostos

### Obstáculos

1. Resistência à diminuição dos gastos públicos
2. Aumento das reservas cambiais — os dólares acumulados forçam a emissão de cruzeiros
3. Sonegação e atraso no pagamento de impostos

JUN 1990 ESTADO DE SÃO PAULO



PAULO NILSON/ArteEstado

305